

# INQUIETAÇÕES ACERCA DA TRANSMISSÃO DE SABERES SOBRE HISTÓRIA(S) DA(S) LÍNGUA(S) NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: PRIMEIRAS OBSERVAÇÕES

Joyce Palha Colaça<sup>1</sup>

Thaís de Araujo da Costa<sup>2</sup>

## Introdução

O movimento de leitura proposto nesta reflexão passa pela nossa prática no espaço universitário brasileiro como docentes de língua portuguesa e espanhola de disciplinas em que uma certa história significada como oficial é convocada, mas também, a partir de nosso lugar de analistas-historiadoras, como propõe Nunes (2008), questionada.

Essa observação nos levou à primeira etapa de nosso empreendimento analítico, o qual ainda se encontra em curso. Nessa etapa, buscamos recortar materialidades que se propusessem a contar a história da língua portuguesa e da língua espanhola que constassem no ementário de disciplinas oferecidas no espaço universitário brasileiro, notadamente nas Faculdades de Letras, com vistas a identificar nelas continuidades e descontinuidades quanto aos modos de significação da relação entre língua, sujeito e história.

Com base nesse critério, foram selecionadas inicialmente as duas materialidades em tela, quais sejam: *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto ([1951] 1963) e *Historia de la lengua española*, de Rafael Lapesa ([1942] 1981).

Em nossos gestos, partimos do pressuposto de que, no ensino superior, tais obras funcionam como manuais didáticos a partir dos quais, enquanto produtos dos processos de manualização/disciplinarização, tal como propõe Puech (2018), determinados saberes são transmitidos, em detrimento de outros. Além disso, como lembra Auroux (1993, p. 17, tradução nossa), é a transmissão dos saberes que assegura a permanência temporal de uma ciência. Assim, tendo em vista que, como explica o autor, “o saber só é transmitido por tradição” (ibid., loc. cit.) e ainda, como afirmam Costa e Esteves (2023, no prelo), que a transmissão “pressupõe a repetição e, portanto, a sedimentação dos processos de constituição e formulação dos sentidos”, passamos a nos indagar sobre o que se transmite sobre a(s) história(s) da(s) língua(s) e sobre o(s) sujeito(s) no/do Brasil, com a obra de Silva Neto, e nos/dos espaços hispano-americanos, com Lapesa.

<sup>1</sup> Doutora em Estudos de Linguagem, professora associada de Língua Espanhola na Universidade Federal de Sergipe.

<sup>2</sup> Doutora em Estudos de Linguagem, professora adjunto de Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## Língua(s) e sujeito(s) na história contada na obra de Silva Neto ([1951] 1963)

Da obra de Silva Neto ([1951] 1963, p. 73-100), expomos uma amostra de sequências discursivas que nos permitem ler apenas alguns dos sentidos que comparecem regularmente ao longo de todo o capítulo analisado.

**SD1:** “É escassíssimo o elemento branco, que se vê afogado maré dos **índios** e dos **africanos**. É a fase do gentio desbravador dos sertões impenetráveis, conhecedor profundo da estranha natureza americana. É a fase do **primeiro contato inter-racial— portugueses famintos de carne, cruzando-se com as índias**, famintas de brancos... Surge o mameluco”. (p. 74) [sobre o período de 1532 a 1654].

**SD2:** “É porém, por excelência, a fase do mameluco bilíngüe. **A língua geral** era necessária a todos: aos mercadores nas suas viagens, aos aventureiros em suas expedições, sertão adentro, aos habitantes das vilas em suas relações com o gentio...”. (p. 74) [sobre o período de 1532 a 1654].

**SD3:** “Deve levar-se em conta, porém, que no processo de aculturação, decorrente do choque das culturas, também os brancos insensivelmente iam aceitando traços da cultura dos **tupis**. E, com êles, várias **palavras se iam insinuando na linguagem dos reinóis e dos luso-descendentes**. [...] Da mesma sorte, pouco a pouco **se iam incorporando à fala dos brancos palavras vindas da África**, com a importação mais e mais progressiva, de negros escravos.” (p. 78) [sobre o período de 1532 a 1654].

**SD4:** “**O elemento indígena, incompatível com a civilização européia, vai rareando e desaparecendo**, ao mesmo passo que cresce a influência dos brancos e dos **negros**. Com respeito aos últimos bastará lembrar que **aos 100 000 importados no século XVI correspondem 600 000 no século XVII e 1 300 000 na centúria seguinte**” (p. 80) [sobre o período de 1654 a 1808].

No capítulo que analisamos, observamos:

1. O apagamento da heterogeneidade de línguas e povos indígenas materializado, respectivamente, no sintagma “A língua geral”, no singular e determinado pelo artigo definido a, e pelo efeito de sinonímia estabelecido entre o elemento indígena, índios, tupis e tupinambás – este último comparece três vezes em citações diretas sem que seja estabelecida qualquer distinção em relação àqueles. A referência a outros povos e línguas, quando ocorre, se dá em relação aos chamados tupis/tupinambás e ao que se formula como a língua geral: são povos não tupis/tupinambás de línguas travadas, porque de difícil aprendizado para o sujeito branco.

2. Apagamento da heterogeneidade dos sujeitos africanos escravizados, chamados genericamente de “negros” e “africanos”, e das suas línguas, metonimicamente tomadas como “palavras vindas da África”;

3. Limitação da contribuição indígena e africana para a língua do Brasil ao campo lexical: são palavras que se insinuaram ou que foram incorporadas à fala dos brancos em função do processo de aculturação;

4. Apagamento do genocídio indígena e negro: os indígenas são sujeitos incompatíveis com a civilização que, por isso, vão rareando ou desaparecendo dos chamados centros urbanos e civilizados, deslocando-se, como dito em outro momento, para o interior do país; em relação aos negros nada se fala sobre os assassinatos nos navios negreiros ou na colônia, apenas se enumera o aumento progressivo do que se formula como sua exportação do século XVI ao XVIII;

5. Objetificação dos sujeitos negros e indígenas, sobretudo, mas não só, da mulher indígena: os corpos daqueles são produtos importados da África; os corpos destas são carne para o branco faminto; e

6. A discursivização de “cruzamento” como “contato inter-racial” entre homens brancos e mulheres indígenas e o conseqüente apagamento dos estupros destas por aqueles.

A partir da apreensão de algumas dessas regularidades, Costa, Goulart, Souza e Santos (2023, no prelo), lembram, com Munanga (2004), que já no século XX – momento de formulação da narrativa analisada – o conceito de raça, que havia sido deslocado no século XVII do discurso da Zoologia e da Botânica para o das ciências naturais, passou a ser considerado como “um conceito [...] cientificamente inoperante”. Em Neto, contudo – observam as autoras –, a memória desse discurso naturalista um dia significado como científico ainda se faz presente, pressupondo uma relação intrínseca entre a cor da pele (posta como uma característica biológica) e qualidades psicológicas, morais, intelectuais, culturais e também linguísticas. É, pois, tendo em vista essa relação que as raças e tudo o que está relacionado a elas são, nesse imaginário, dispostos hierarquicamente, constituindo uma escala em que no nível mais alto se encontra a chamada raça branca (e o seu mundo). É também, nesse sentido, que, filiando-se à proposta de Modesto (2021), as autoras consideraram a narrativa inscrita nessa materialidade como um discurso racializado produzido a partir do lugar do sujeito colonizador e, portanto, europeu (e isso a despeito de Neto ser brasileiro); um discurso que não possui mais o respaldo científico advindo do lugar das ciências naturais, mas que – acrescentamos –, enquanto discurso pedagógico, muitas vezes continua sendo reproduzido como se fosse o discurso científico sobre a história das línguas e dos sujeitos no/do Brasil, apagando, com isso, também no espaço universitário, o processo de transposição didática de que nos fala Puech (2018, p. 235) e seus efeitos ao se referir ao espaço escolar, bem como a historicidade dos saberes eleitos como aqueles que podem/devem ser transmitidos.

### **O Espanhol da América contado na *Historia de la lengua española*, de Rafael Lapesa ([1942] 1981)**

Na obra *Historia de la lengua española* ([1942] 1981), de Rafael Lapesa, em um primeiro olhar, dois capítulos nos interessaram: “Extensión y variedades del español actual” e “El español de América”. Nosso gesto de interpretação se voltou para essa divisão que diz da ordem das línguas e do funcionamento da denominação sobre a língua espanhola. Ao dizer sobre a extensão e as variedades do espanhol atual de modo apartado do espanhol da América estabelece-se uma divisão entre o que é A língua espanhola – na/da Espanha – e as outras línguas, da América.

No capítulo intitulado “El español actual: Extensión y variedades”, aparecem poucas menções a questões da América, e o que se evidencia é que “as variedades do espanhol” são exclusivamente as das regiões no país ibérico, como se lê na SD5:

**SD5:** En contraste con la escasa o nula importancia de las creaciones vernáculas, las regiones bilingües dieron valiosas figuras a la literatura nacional: el **gallego** Feijoo, el grupo romántico **catalán**, Balmes y Pastor Díaz. Pero con el Romanticismo despertaron de tu letargo las literaturas regionales, y su resurgimiento se vio pronto reforzado por factores económicos y políticos. Sin embargo, la elaboración literaria del **catalán**, la menos sostenida y menos extensa del **gallego**, y los intentos de capacitar al **vascuence** como lengua de cultura, no impidieran que continuara la aportación de las respectivas regiones a la literatura nacional en castellano (Lapesa, [1942]1981, p. 463).

O que significa como já dito é o apagamento dessa organização que ao dizer do todo – *La lengua española en el mundo y en España* –, em um primeiro gesto, exclui a Espanha do que seria o mundo, separa, fazendo-a significar em lugar de destaque e em contraposição àquilo que seria o outro; Ainda como efeito de sentidos instituído nessa divisão, o que se lê é um deslizamento no funcionamento discursivo que, apesar do tratamento do ‘mundo’ separado da Espanha, o que se mostra como regular ao longo do capítulo são as variedades daquele país. Há, ao longo desse capítulo, menções à língua espanhola na/da América sempre de forma genérica, sem considerar suas particularidades enquanto variedade, historicidade, memória de língua.

Após diversos capítulos que tratam da questão da língua da/na Espanha e de suas variedades, Lapesa dedica um capítulo ao que intitula como “Español de América”. Tal como no texto de Silva Neto, lê-se um apagamento da heterogeneidade das línguas e dos povos originários, materializado como “lenguas generales”, “lenguas primitivas”, “aborígenes” e “índios”. Deslizamento que varia na forma de nomear os sujeitos indígenas, ora ditos como “índios”, ora denominados a partir de suas etnias. Entretanto, ainda que sejam denominados por suas etnias, o que se lê é um funcionamento que os exclui. Explicamo-nos: no capítulo do Espanhol no mundo se diz sobre as “línguas da América” e sobre os “índios”, pela denominação genérica. Já ao dizer sobre o Espanhol da América as etnias são descritas sempre num funcionamento de comparação com o modo como se fala na Espanha, em uma hierarquização do lugar desses sujeitos e de suas línguas.

Um aspecto fundamental que destacamos é o apagamento da historicidade da formação da língua espanhola na relação de colonização linguística em que se produzem as línguas na América, ou seja, uma tentativa sempre de determinação que marca aquilo que não é indígena – como o que vem do latim vulgar, ou que é significado como uma forma comum no espanhol arcaico ou, ainda, um certo imaginário naturalista da evolução das línguas (seria assim mesmo, a língua já evoluiria de tal forma, independente do contato com os povos que aqui estavam).

**SD10:** Es muy discutido el posible influjo de las lenguas indígenas en la pronunciación del español de América. Su más destacado paladín fue Rodolfo

Lenz, quien estudiando el habla vulgar de Chile, llegó a afirmar que era “principalmente el español con sonidos araucanos”. Pero su tesis ha ido perdiendo terreno; en realidad, **casi todos los hechos alegados como pervivencia o resultado de la fonética india corresponden a fenómenos similares atestiguados en Español en otras regiones de América**; y, por tanto, es lógico suponer que haya habido desenvolvimientos paralelos dentro del español, sin necesidad de recurrir al substrato indio.

**SD11: Tampoco se deben a substrato indio ciertas particularidades latentes en los fonemas españoles:** en Chile la articulación de g, j, ortográficas ante /e/, /i/ no corresponde a la velar /x/ castellana (...) (Lapesa, [1942] 198), p. 546).

Em Silva Neto, vimos uma limitação sobre a contribuição dos povos indígenas e africanos principalmente no léxico. Em nossa materialidade, a delimitação ou a ênfase que fez Lapesa apontou para uma forma de contribuição do âmbito da fonética, estabelecendo a pronúncia dos falantes americanos como algo da ordem do erro – uma suposta “confusão” dos falantes de quéchua e aimara, por exemplo, que interferiria em sua forma de dizer em língua espanhola, como se lê na SD12.

**SD12:** En la Sierra ecuatoriana y en el Perú y Bolivia andinos **los indios y el pueblo iletrado confunden a cada paso /e/ con /i/ y /o/ con /u/** (me veda ‘mi vida’, mantica ‘manteca’, mesa ‘misa’, pichu ‘pecho’, dolsora ‘dulzura’, tríbul ‘trébol’, etc.) porque el quechua y el aimara sólo tienen tres vocales - una /a/, una palatal y otra velar - con alófonos de diferente abertura según los sonidos inmediatos. Desde el Ecuador hasta el Norte de la Argentina indios y mestizos aplican a formas agudas y esdrújulas españolas la acentuación paroxítona del quechua (hácer, ánis, ároz, sabádo, pájaro, árbóles). Es probable que la conservación de la /l/ en español de regiones andinas haya tenido apoyo en los adstratos quechua y aimara, ya que ambas lenguas poseen el fonema palatal lateral sonoro (...) (Lapesa, [1942] 1981, p. 551-552).

### Apontamentos para a pesquisa

Nosso gesto de leitura inicial dessas duas narrativas sobre a história de línguas de colonização que se filiam aos nomes de um autor brasileiro e de um autor espanhol, respectivamente, nos possibilitou compreender que, mesmo no primeiro caso, ao se dizer sobre as línguas, os sujeitos da América Latina e a sua história, diz-se do lugar do europeu. Além disso, retomando a afirmação de Aurox de que a transmissão dos saberes assegura a permanência temporal de uma ciência e considerando a relação que em tais narrativas se tece entre discurso científico e pedagógico, o que parece se assegurar nesse processo de transmissão no espaço universitário é uma determinada região de saberes, não necessariamente ainda tomados como científicos e já então “pasteurizados” pela repetição. Se assim é, essa pasteurização, que tem como efeito a naturalização de determinadas narrativas, constituindo, portanto, aquilo que Pêcheux ([1983] 2006) formula como universo logicamente estabilizado das “coisas-a-saber”, parece nos colocar diante de uma contradição que aqui levantamos como hipótese e sobre a qual pretendemos nos debruçar na segunda etapa desta pesquisa, a saber: ao mesmo tempo em que as instituições de nível superior, em especial algumas disciplinas das Faculdades de Letras, são tomadas



como lugares de produção/atualização de saberes científicos, é comum a repetição dos saberes filiados a narrativas produzidas em outros espaços-tempos como referências científicas, havendo, pois, numa mesma temporalidade, um descompasso entre o que se produz do lugar da ciência e o que, imaginariamente sob a égide do científico, pode/deve ser transmitido nesses espaços sobre a história das línguas e dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

AUROUX, S. **La logique des idées**. Montréal: Bellarmin; Paris: Vrin, 1993.

COLAÇA, J. P. Discursos de/sobre América Latina nas aulas de Língua Espanhola: “A história que a História não conta”. **Caderno de Letras** - UFPEL, v. 2022, p. 89-110, 2022.

COSTA, T. A.; ESTEVES, P. M. S. Livro didático de português. *In*: MEDEIROS, V. *et al.* **Conceitos em movimento**. Rio de Janeiro: Autografia, 2023 [no prelo].

COSTA, T. A.; GOULART, B. A.; SOUZA, D. B.; SANTOS, T. M. Língua(s) e sujeito(s) indígenas na/da Amazônia: perseguindo sentidos da(s) história(s) que a história da(s) língua(s) no/do Brasil (não) conta. *In*: JUNIOR, C. B. O.; FRAGOSO, E. A.; DIAS, J. P. Memória e atualidade da Amazônia: ensino e linguagem, 2023 [no prelo].

LAPESA, R. [1942] **Historia de la lengua española**. Biblioteca Románica Hispánica. Madrid: Editorial Gredos, 1981.

MARIANI, B. **Colonização linguística**. línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista Abralin**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.

PUECH, C. Manualização e disciplinarização dos saberes da língua: o caso da enunciação. **Fragmentum**, Santa Maria, ed. esp., jul./dez. 2018. ISSN 2179-2194 (online).

SILVA NETO, S. [1951] **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.